

A língua e a cultura alemãs na fundação da Metalurgia Casal

MANUEL FERREIRA RODRIGUES*

PALAVRAS-CHAVE: Língua alemã, Alemanha, viagens, indústria, «Estado Novo»

KEYWORDS: German language, Germany, travel, industry, «New State»

Introdução

Este texto é parte integrante de uma estudo, iniciado há algum tempo, sobre a importância das aprendizagens no local de trabalho e o conjunto de reflexões e opções metodológicas a que Stephen Billett (2010; 2011) chama «didáticas da prática». Muito antes, interessei-me pela chamada «Escola de Aprendizizes» da Metalurgia Casal, ainda que, num estudo publicado em 1994, a tenha olhado apenas como uma inovadora manifestação de uma cultura de empresa (Rodrigues, 1994). Recentemente, no âmbito da realização da biografia de João Casal – que se define a si mesmo como «um empresário fascinado pela educação» –, voltei a interessar-me pela *sua* «Escola de Aprendizizes», pelo significado que esta teve no percurso pessoal e profissional de alguns ex-alunos, hoje empresários inovadores em Portugal e noutros países, como o Canadá e os Estados Unidos da América (Rodrigues, 2013), e porque entendo que o conhecimento dessa experiência pode acrescentar valor à reflexão e discussão pública sobre a formação profissional em Portugal, nomeadamente sobre o chamado «ensino dual» (ver, entre a vasta bibliografia sobre o tema, Greinet, 2004; Greinet, 2005; Solga / Protsch / Ebner / Brzinsky-Fay, 2014). Todavia, o «modelo alemão» da Casal é de algum modo um bom exemplo de ensino dual

* Universidade de Aveiro (Departamento de Educação). Centro de Investigação «Didática e Tecnologia na Formação de Formadores» (CIDTFF) da mesma Universidade.

imperfeito, dadas as circunstâncias em que nasceu, a estranheza com que foi olhado pelo poder político, entre 1965 e 1974, e pelo desinteresse das restantes empresas da região pela formação profissional, não obstante a generalizada adesão ao «funcionalismo tecnológico» (Azevedo, 2000: 67) dos anos 1960. Mas o que pretendo realçar neste texto, mais do que a história da empresa, que terminou em 1999-2000, é um aspeto geralmente descurado pela historiografia da e na empresa e da formação profissional em geral: a importância do domínio de línguas para a conquista do mercado mundial. Para tanto, parto de um estudo de caso, o exemplo de João Casal que, depois de ter aprendido os rudimentos do Francês e do Inglês, por iniciativa sua, se tornou fluente em Alemão. Foi essa competência que lhe permitiu fazer negócios na Alemanha do pós-guerra, como foi o domínio da língua alemã que lhe possibilitou fundar uma das mais modernas empresas metalúrgicas portuguesas dos anos 1960-1970.

Em Portugal, não obstante o muito que sabemos sobre o nosso crónico analfabetismo (cf. Candeias / Paz / Rocha, 2007), falta-nos uma avaliação do impacto do desconhecimento (ou do domínio incipiente) que os empresários portugueses tinham de uma segunda língua, na escassa abertura da nossa economia, especialmente desde o final do séc. XIX. Haverá quem afirme que, com as estatísticas disponíveis sobre as baixas habilitações dos patrões portugueses, nos nossos dias, essa questão é uma minudência sem interesse. Não é. Trata-se de uma questão importante, que exige estudo, pois precisamos de perceber os nexos entre a formação dos empreendedores e o desempenho das empresas e da economia portuguesa nos diversos setores de atividade, mesmo que em muitos casos sejamos capazes de intuir os resultados finais.

Alguns economistas têm procurado mostrar como «a baixa escolaridade em Portugal é uma das causas estruturais da crise» (Rosa, 2005). E no que aos empresários diz respeito, Eugénio Rosa afirma que «a baixa escolaridade dos patrões portugueses é um obstáculo ao aumento da competitividade das empresas» (Rosa, 2010). Usando informação do Instituto Nacional de Estatística, este autor denuncia uma situação deveras preocupante para o nosso futuro como país num mundo global: «em 2008, a percentagem de patrões com escolaridade inferior ao secundário era de 28% nos países da União Europeia (27 países); de 50% em Espanha e, em Portugal, de 81% [...]. E a percentagem de patrões com o ensino superior era de 27% nos países da U.E., de 28% na Espanha, e de apenas 9% em Portugal» (*ibid.*). Com estes valores – que não separam os empresários do pequeno comércio dos patrões da indústria – é fácil imaginar a incapacidade da maioria dos empreendedores para se expressarem noutra qualquer língua que não seja a materna. Na verdade,

não falando fluentemente pelo menos uma língua estrangeira, os empresários portugueses acentuam o caráter periférico da economia portuguesa, das suas ligações e ambições internacionais. Estamos, pois, perante um grave problema de formação empresarial que urge enfrentar com imaginação.

No mundo global em que vivemos, o multilinguismo reduz distâncias, rompe fronteiras, cria oportunidades em todos os domínios. Não falar fluentemente mais do que a língua materna constitui uma forma de iliteracia com graves consequências económicas, sociais e culturais: o monolingüismo é a iliteracia do séc. XXI, proclamou Gregg Roberts (cf. Hales / Dikson / Roberts, 2013; Leite / Cook, 2015).

Na União Europeia e mesmo nos países que têm o Inglês como língua materna, como o Reino Unido e os Estados Unidos da América, há cerca de uma década que a questão da competência linguística é encarada como um problema de sobrevivência económica. Deixo estes exemplos. Num texto da Dublin City University (2014), denominado *The Economic Impact of the Monolingualism on Business*, afirma-se que, em 2012, um inquérito realizado pela Câmara Britânica de Comércio verificou que 96% das PME no Reino Unido não consideraram as competências linguísticas no recrutamento. Como assinalam os autores deste texto, em jeito de advertência, o poder económico deslocou-se para países onde o Inglês não é, tradicionalmente, a segunda língua (com exceção da China): «The growing markets of Latin America mean that learning Spanish and Portuguese are far more advantageous than learning English», acrescentando: «while learning Mandarin, Arabic and Japanese are obviously more beneficial than English for Asian and Middle-Eastern trade partners.» (Dublin City University, 2014).

O importante (e famoso) relatório de James Foreman-Peck e Yi Wang (2013: 35) conclui que «the gross costs of language ignorance are high for the UK despite English being a world language. 3.5% of national income in 2006 – £48 bn. – is a defensible estimate, though one surrounded with uncertainty». Não obstante «aprender línguas signifique para muita gente aprender Inglês», Antonella Sorace (2016) considera que o «multilingualism is becoming more and more common in Europe».

Os anos dourados do crescimento económico

No período de 1960 a 2000, assiste-se ao «mais rápido crescimento da economia portuguesa em toda a sua história», em que se destacam dois

subperíodos: no primeiro, que decorre de 1960 a 1973, «o crescimento fez-se a taxas consistentemente elevadas, levando a um encurtamento sistemático da distância para as economias ricas»; no segundo, entre 1986 e 1992, a economia registou «um comportamento semelhante ao da década de 1960» (Amaral, 2015: 81).

O que caracteriza melhor esses anos 1960-1973, essa «idade de ouro» da economia portuguesa, é o comportamento da produtividade global, nomeadamente da produtividade industrial, que reflete, segundo A. Aguiar e M. F. Martins (2005: 193-194), «um novo modelo de desenvolvimento económico», alicerçado em três requisitos: 1. investimento em infraestruturas públicas necessárias às atividades produtivas, investimento em setores industriais estratégicos capital-intensivos, políticas fiscais e de crédito incentivadoras da industrialização e políticas industrialistas, consagradas nos planos de fomento; 2. abertura ao exterior, e 3. condições internacionais favoráveis às exportações e à emigração.

Se nos anos 50 predomina uma política de substituição das importações (cf. Confraria, 2005: 402), nos anos 60, as políticas públicas orientam-se crescentemente para o exterior (cf. Aguiar / Martins, 2005), não obstante os efeitos isolacionistas relacionados com o «abalo político provocado pelo sucesso do candidato da oposição às eleições presidenciais de 1958, Humberto Delgado, e o início da guerra colonial, em 1961» (Lains, 2003: 179; cf. Costa / Lains / Miranda, 2011: 385). De resto, 1961 representa, politicamente, «um momento excecional da história moderna de Portugal» (Barreto, 2002), pois, a partir de então, entre as elites económicas ganha força uma corrente pró-europeia, avessa «à ideia de complementaridade África-Europa do pensamento de Salazar» (Teixeira, 2000: 121). Assim, a um período de «abertura relutante» (1946-1959), segue-se um período de «abertura inevitável» (1959-1970) (Corado, 1999: 586-587), mas gradual, à concorrência internacional, «tanto no que diz respeito às trocas comerciais como ao movimento de capitais e também à emigração para a Europa ocidental e América do Norte» (Lains, 2003: 178). Alguns dos mais importantes acordos celebrados no início do anos 60 mostram que a abertura ao exterior, nestes anos, obedeceu a uma estratégia de adaptação aos novos tempos, ainda que embaraçada por diversos mecanismos e hesitações das décadas anteriores.

Em 1958-60, após o lançamento das bases para a reorganização do sistema de crédito português, é fundado o Banco de Fomento Nacional e aprovado o II Plano de Fomento (1959-1964), que atribui maior relevo às atividades industriais e financeiras. Em 1959, Portugal participa nas negociações que

conduziram à criação da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), que daria acesso privilegiado a um vasto mercado, permitindo reduzir a importância do mercado colonial no conjunto das exportações (cf. Corado, 1999: 587). Em 1960, Portugal adere ao Fundo Monetário Internacional FMI e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); em 1962, subscreve o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e abre negociações com a Comunidade Económica Europeia (CEE). A participação de Portugal na EFTA representou uma fase de internacionalização da economia portuguesa, mas, à semelhança do que aconteceu noutros países europeus, supervisionada pelo Estado, o que também permite designar o «período da EFTA» como um período de «abertura controlada», pois o Estado «manteve – ou mesmo aumentou – o seu papel na gestão da economia e dos efeitos na abertura ao exterior» (Costa *et al.*, 2011: 393).

Durante esses anos, a industrialização, a terciarização e a urbanização mudam a paisagem económica e social portuguesa: se em 1950, a agricultura ainda ocupa 50% da mão de obra, em 1970, essa cifra cai para 28%. Na indústria e no comércio o movimento é inverso: em 1950, o peso da indústria não vai além dos 23%; vinte anos depois, chega aos 35%; e os serviços passam, nesses dois decénios, de 26% para 38% (cf. Amaral, 2010: 23). Em 1963, «o valor da produção industrial superou o da produção agrícola» (Costa *et al.*, 2011: 386), mas não o dos serviços, o que levou Pedro Lains (cf. 2003: 185) a afirmar que, em Portugal, a indústria jamais foi o principal setor da economia.

Em 1964, a ampliação da escolaridade obrigatória, de 4 para 6 anos, e a criação do Ciclo Preparatório, em 1967, são manifestações de uma política diferente da das décadas anteriores (cf. Nóvoa, 1999: 594) e da difusão das conceções funcionalistas e da «ideologia da modernização», que viam na educação «um garante fundamental da coesão social», tanto pela transmissão de valores e crenças, como pela qualificação de recursos humanos para o mercado de trabalho (cf. Azevedo, 2000: 66).

As viagens dos empresários

O ambiente de abertura económica e cultural pode ser confirmado por outros fenómenos, como as viagens dos empresários portugueses ao estrangeiro, nesses anos, na medida em que as viagens são factores indutores de inovação empresarial. Como salienta Joaquim Costa Leite (2006: 19-20): «As viagens, e a sua incorporação nas atividades de negócios, marcam as biografias de

empresários e as monografias das empresas». Em muitos casos, esses contactos foram decisivos para a criação de empresas, para o estabelecimento de parcerias, para a transferência de tecnologia e consequente diversificação industrial portuguesa (cf. Confraria, 1999: 272). Mas essa mudança começara antes, ainda que de forma muito limitada para as exigências da economia do segundo pós-guerra.

Desde 1863, quando o primeiro comboio chega à fronteira de Elvas-Badajoz, a Europa começa a ficar mais próxima (cf. Gama, 1958). A partir de então, as ideias de Hegel, Marx, Proudhon, Comte, Michelet, entre outros, chegam-nos de comboio (cf. Machado, 1980: 386). Chegavam os livros, mas era preciso viajar, sair do país. Já em 1856, num dos seus célebres discursos parlamentares, Fontes Pereira de Melo mostrava a importância das viagens ao estrangeiro: «Sr. Presidente, se fosse possível passar uma lei para que a nação portuguesa viajasse por três meses estávamos salvos» (*apud* Mendes, 1999: 218). O comboio significou, de facto, uma alteração tão profunda que afetou a forma como os portugueses se viam a si próprios no final de Oitocentos.

Nas décadas seguintes, os industriais portugueses viajam com alguma frequência, permitindo-lhes equipar as suas fábricas e estar a par das novidades tecnológicas (cf. Rodrigues, 2010: 605). A permanência de alguns industriais, técnicos e simples operários, no estrangeiro, foi decisivo para a instalação de diversas indústrias na região de Aveiro. António de Brito Pereira Resende fundou a inovadora fábrica de lixa Luzostela no regresso do Brasil, da mesma forma que os irmãos Oliveira Santos estabeleceram uma fábrica de chapéus em S. Vicente de Pereira, Ovar, e o Visconde de Salreu ergueu três unidades fabris na sua terra, depois de um percurso industrial bem sucedido. E o mesmo aconteceu a Augusto Martins Pereira, no fim de uma carreira profissional que o fez passar por Chicago, antes de fundar a metalúrgica Alba. Decisiva foi, também, a participação dos alguns técnicos estrangeiros em atividades industriais que exigiam *know how* de que não dispúnhamos, como o fabrico de papel e de celulose, de curtumes, descasque de arroz, ou mesmo a pintura de porcelana na Vista Alegre (cf. Rodrigues, 2010: 606).

Não obstante não existir um qualquer estudo sobre este tema, pode-se afirmar que até aos anos 1950, os empresários portugueses viajavam pouco. Essas viagens eram em tudo diferentes das que viriam a realizar-se especialmente a partir daquela década. A obra *Quem é Alguém*, publicada em 1947, «retrata uma elite portuguesa provinciana, com escasso conhecimento directo do estrangeiro, para quem uma simples viagem a Espanha constituía facto marcante de uma biografia», como salienta Joaquim da Costa Leite (2006: 19).

Este historiador reconhece que alguns portugueses viajavam, que havia alguma experiência de participação em certames internacionais e contactos profissionais, «mas parecia haver uma escassa ligação entre essa experiência e a actividade normal dos negócios». Até a participação em certames internacionais, segundo o referido autor, «parecia sobretudo destinada a marcar presença, mais por razões diplomáticas do que por uma vontade decorrente de estratégias comerciais ou industriais». Joaquim da Costa Leite salienta que «a reorganização de sectores, ou a renovação tecnológica, faziam-se cada vez mais com referência aos modelos estrangeiros de vanguarda» (2006: 20). E refere um pequeno conjunto de exemplos de industriais que viajaram com objetivos precisos, de empresas que colocaram técnicos a estagiar em fábricas de diversos países: «no caso da Siderurgia, por exemplo, foi enviado um grupo de estagiários à Alemanha por cerca de dois anos, de 1958 a 1960, como parte de um plano geral de lançamento do empreendimento».

Um testemunho eloquente sobre a importância das viagens, ao explicar a forma como reagiu à revolução de 1974, é o do empresário Américo Amorim, em entrevista a Maria Filomena Mónica (1990: 64-65):

De 1953 a 1967, tive a felicidade de poder viajar imenso, quer na Europa, quer na América Latina. Adquiri então uma certa visão do mundo, uma certa ideia de como as sociedades se tinham desenvolvido no termo da II Guerra Mundial. Eu vira a Alemanha destruída em 1953 e vira a sua reconstrução.

E remata dizendo:

Para a cultura de base, viajar é uma coisa fabulosa. Felizes os pais que percebem isto e dão aos filhos a possibilidade de viajar. Talvez lhes deixem menos em heranças, que afinal tantas vezes acabam por contribuir para a miséria deles, mas fecundam as virtualidades que o viajar contém. (*Ibid.*).

Viajar, sair de Portugal, também foi determinante na biografia de João Casal, especialmente entre 1945 e 1963, véspera do início formal da emigração para a República Federal Alemã (cf. Santos, 2014: 252-253). Essa influência não terá sido tão profunda como a de Américo Amorim, mas foi decisiva no seu percurso pessoal e empresarial. Ele mesmo resume a importância das viagens (e de ter aprendido Alemão), dizendo: «Se eu não tivesse viajado, o meu nome não teria qualquer significado! Sem viagens, sem saber falar Alemão não teria existido um João Casal nem a Metalurgia Casal» (Testemunho gravado, 2015).

O empresário João Casal: um comerciante que se torna industrial

Até aos anos 1970, termos como *entrepreneurship* ou empresarialidade – independentemente da discussão gerada pela adoção de qualquer um deles – eram olhados com desconfiança pelos estudiosos de diversas áreas do conhecimento, da Economia à Psicologia. A partir daquela década, o empresário, isto é, o criador da empresa e todo o processo por ele criado ganham grande destaque (cf. Dinis & Ussman, 2006: 96). *Empresário, empresa e meio envolvente* tornam-se entidades decisivas para se entender o sistema económico.

Nascido em 1922, no lugar do Bonsucesso, freguesia de Aradas, Aveiro, filho de uma família de proprietários rurais, agricultores e comerciantes de gado, João Francisco do Casal frequenta a escola primária e, depois, o ensino comercial. Aprende Francês, num estabelecimento de ensino particular, no lugar de Quintãs, da mesma freguesia. Seguidamente, é admitido como fator na Companhia dos Caminhos de Ferro, em Peso da Régua. Aí iniciou a sua formação de homem de negócios. Em 1946, envolve-se na fundação da sociedade Marabuto, Casal & Madail, Lda., para o comércio de mercearias. Pouco tempo depois, no âmbito da sua atividade, conhece a importante casa comercial Abel Pereira da Fonseca e começa a exportar produtos agrícolas, procurando bater os concorrentes pela qualidade. Chegou a exportar, de uma só vez, cerca de 50 toneladas de feijão para a Itália. A comunicação era então feita em Francês, como seria, mesmo para os Estados Unidos da América, até ao início dos anos 1970. Teve formação em Administração de Empresas: «essas lições era dadas por técnicos franceses, em Francês» (Testemunho gravado, 2015).

Pôde então viajar, visitar feiras e exposições e fábricas dos produtos que importava e dos que passou a ser representante em Portugal. No final de 1953, após uma passagem por Roma e Nápoles, segue para Hamburgo. Foi a primeira de muitas viagens para a Alemanha, onde procurou estabelecer ligações duradouras com várias empresas. Contacta, então, pela primeira vez, com a Zündapp-Werke GmbH, empresa metalúrgica que procurava um representante em Portugal para os seus motores de rega, máquinas de costura e motorizadas. Essa ligação seria decisiva para a conceção da Metalurgia Casal, para a sua Escola de Formação, assim como para a qualidade dos produtos da marca que tem o seu nome. A Alemanha marcou-o profundamente.

Entre 1946 e 1964, João Casal adquire um profundo conhecimento do mundo condicionado do Estado Novo e a compreensão bastante dos mecanismos de uma economia aberta de alguns países europeus, mostrando saber tirar partido das oportunidades e das redes de contactos que foi

estabelecendo, tanto em Portugal como no estrangeiro. E para se mover neste mundo em mudança, aprende línguas. Depois de ter tentado aprender Inglês, com discos que encomendava dos Estados Unidos da América, rapidamente se apercebeu de que o Alemão era a língua mais útil na Europa daqueles anos. Na Alemanha, João Casal aprende a língua entre aulas, livros e amizades muito fortes. Aprende Alemão como autodidata, procurando satisfazer as suas necessidades de comunicação empresarial, durante cerca de uma década. Foi graças a esse recurso que conheceu a realidade empresarial alemã, que contratou técnicos alemães para fundar a sua fábrica e a sua escola de formação.

A Casal e a importância dos técnicos alemães

Bom conhecedor dos mecanismos de importação, João Casal começa a importar motores Zündapp, desde 5 de maio de 1955 (APJC, 1955-1965). Mesmo apostando num sector novo entre nós, como era o dos transportes motorizados, o projeto enfrentou inúmeras dificuldades desde o início.

Na *Memória Descritiva*, João Casal diz ter capacidade para vender 10.000 motores por ano. Esse significativo número justificava a necessidade de instalação de *uma moderna unidade de produção industrial de motores, sob licença alemã [...]. Para se atingir boa qualidade dos produtos, [dizia que seria] criada uma oficina para aprendizagem [itálicos meus]*, cuja instalação [custaria] aproximadamente Esc. 1.000.000\$00» (cf. Rodrigues, 1994: 112).

Em fevereiro de 1964, João Casal obtém autorização para «exercer, nas suas instalações [...], o fabrico de motores de combustão com cilindrada até 250 cc, para bicicletas motorizadas e ‘scooters’» (cf. Rodrigues, 1994). Em 4 de junho, firma um acordo a empresa germânica, mas cedo se apercebe de que a Zündapp apenas queria servir-se do alvará para continuar a vender os seus produtos sem despesas nem riscos. Ele que se dedicasse *exclusivamente à montagem (ibid.)*.

O divórcio consuma-se, enquanto a Zündapp Werke exerce pressões junto da Secretaria de Estado do Comércio, por meio da embaixada alemã. João Casal faz o mesmo, denunciando os desígnios da empresa germânica. No final de 1965, esta denuncia unilateralmente os contratos com a Casal, firmando um acordo com a Famel para o fornecimento de 12.000 motores anuais. A Metalurgia Casal nascia, assim, com uma enorme contrariedade, «não tanto por perder a Zündapp, mas por passar a ter um concorrente que estava devidamente estruturado e alicerçado no País» (*ibid.*). Todavia, a empresa

alemã não conseguiu controlar tudo. João Casal conhecia o diretor técnico da Zündapp, Eng. Robert Erich Zipprich, desde 1957. As questões técnicas haviam sido tratadas, desde sempre, diretamente com ele. Criou-se uma sólida amizade entre os dois. Nessa altura, João Casal obtivera autorização para que Zipprich – que entretanto atingira a idade da reforma – viesse para Portugal trabalhar na fabricação dos motores. Levado a tomar partido no conflito entre a Zündapp e a Casal, discordando da entrega da representação dos motores à Famel, Robert E. Zipprich rompe as relações com a empresa que dirigira e fixa-se em Portugal para trabalhar com João Casal.

Entre 1964 e 1970 – os anos a que chamei «período alemão» –, são lançados os alicerces da nova empresa, sob a coordenação técnica de uma equipa de alemães, encabeçada pelo Eng. Robert E. Zipprich. Na fase que se segue, entre 1970 e 1974 – o «período português» –, já sob a direção de técnicos nacionais, que se formaram na empresa sob a direção dos alemães, são evidentes os esforços para dotar a empresa de estruturas sólidas para sustentar a expansão.

Durante aqueles primeiros anos, é evidente a influência técnica e organizacional da equipa germânica, formada por técnicos de formação diversa, escolhidos e dirigidos por Zipprich. Os motores (e as motorizadas) eram quase tudo iguais às da empresa alemã. Até as designações são idênticas às da Zündapp. Com o conselho de Robert E. Zipprich, são contratados Rainer Pelikan, o responsável pela escola e pela ferramentaria; Franz Xaver Hans Kulzer, engenheiro de máquinas; Rudolf Wörmann, mecânico e Friedrich Rudolf Bayer, técnico da Zündapp-Werke. Em 1967, ainda seria contratado o técnico Johannes Manfred Rolf Tambrich, para a montagem de máquinas. A comunicação e a formação fazia-se com recurso a tradutores e à tradução de livros, folhetos e manuais.

Em 21 de Junho de 1966, dois anos e meio após a fundação da empresa, e um ano após a abertura das novas instalações, tinha início o fabrico do primeiro motor Casal, o M 152, de 50 cc e 4 velocidades; em 18 de novembro desse ano, iniciava-se a produção do primeiro veículo de duas rodas, a *scooter* Carina S 170, equipada com um motor próprio, o M 153. Além dos motores e das motorizadas, a empresa fabrica máquinas agrícolas (atomizadores, sachadores, ceifeiras, semeadores e moto-bombas). Em 1969, decide produzir um automóvel, projeto em que estavam interessadas as francesas Renault e Schoussons, e a italiana Carrozzeria Pininfarina. Com autorização de 15 de janeiro de 1971 (APJC, 1960-1970), o projeto não saiu do papel por razões que se prendem com as pressões de outras marcas na Secretaria de Estado da Indústria, e, por fim, com a mudança de regime, em 1974.

A Zündapp viria a desaparecer em 1984. Como refere um artigo da *Der Spiegel*, de 20 de agosto de 1984, o mercado alemão para as pequenas motocicletas tornou-se rapidamente muito pequeno desde o início dos anos 80, mercê da concorrência dos fabricantes japoneses, como a Honda e Yamaha, e a incapacidade para inovar (*apud* Zündapp-Museum). Ainda que não haja um estudo sobre as razões que conduziram ao encerramento da Casal, alguns técnicos adiantam razões de natureza muito semelhante. Mas, contrariamente ao que aconteceu na Alemanha – onde foi criado um Museu Zündapp e um grande movimento de preservação da memória dessa importante empresa germânica –, em Portugal, a memória da Metalurgia Casal, do seu criador caíram praticamente no esquecimento.

Referências bibliográficas e recursos na *World Wide Web*

- AGUIAR, Álvaro / MARTINS, Manuel M. F. (2005), «A indústria», in: LAINS, Pedro / SILVA, Álvaro Ferreira da (coord.), *História Económica de Portugal. 1700-2000*. Vol. III: *O Século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 185-223.
- AMARAL, Luciano (2010), *Economia Portuguesa. As Últimas Décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- (2015), «O processo económico», in: PINTO, A. D. C. (ed.), *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010*. Vol. 5: *A Busca da Democracia, 1960-2000*. Carnaxide: Objectiva, p. 81-110.
- APJC – Arquivo Particular de João Casal, *Dossiê Zündapp*, 1955-1965; Outros documentos, 1970-74.
- AZEVEDO, Joaquim de (2000), *O Ensino Secundário na Europa. O Neoprofissionalismo e o Sistema Educativo Mundial*. Porto: Edições ASA.
- BARRETO, António (2002), «Mudança social em Portugal 1960/2000», *Working Papers*. URL: [http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudança Social em Portugal António Barreto.pdf](http://www.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudanca_Social_em_Portugal_Ant%C3%B3nio_Barreto.pdf). [Acesso em fevereiro de 2015].
- BILLET, Stephen (2010), *Learning Through Practice. Models, Traditions, Orientations and Approaches*. New York: Springer. URL: https://www.researchgate.net/publication/47398090_Learning_through_Practice_Models_Traditions_Orientations_and_Approaches. [Acesso em fevereiro de 2015].
- (2011), «Learning in the circumstances of work: the didactics of practice», *Éducation et Didactique*, 5.2, p. 125-146. URL: <https://educationdidactique.revues.org/1251>. [Acesso em fevereiro de 2015].

- CANDEIAS, António / PAZ, Ana Luísa / ROCHA, Melânia (²2007), *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: Os Censos e as Estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASAL, João (junho de 2015), Testemunho gravado pelo autor do presente artigo.
- CONFRARIA, João (1999), «Industrial, Política», in: BARRETO, António / MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Livraria Figueirinhas, vol. VIII, p. 266-272.
- (2005), «Política económica», in: LAINS, P. / SILVA, Á. F. D. (coords.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Vol. III: *O Século XX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 397-421.
- CORADO, Cristina (1999), «Economia internacional», in: BARRETO, António / MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Livraria Figueirinhas, vol. VII, p. 586-588.
- COSTA, Leonor Freire / LAINS, Pedro / MIRANDA, Susana Münch (2011), *História Económica de Portugal, 1143-2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- DUBLIN CITY UNIVERSITY SERVICES (2014), «The Economic Impact of Monolingualism on Business». URL: <https://dculs.dcu.ie/translation/the-economic-impact-of-monolingualism-on-businesses/>. [Acesso em fevereiro de 2015].
- DINIS, Anabela / USSMAN, Ana Maria (2006), «Empresarialidade e empresário: revisão da literatura», *Comportamento Organizacional e Gestão*, 12 (1), p. 95-114. URL: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n1/v12n1a06.pdf>. [Acesso em fevereiro de 2015].
- FOREMAN-PECK, James / WANG, Yi (2013), *The Costs to the UK of Languages Deficiencies as a Barrier to UK Engagement in Exporting: A Report to the UK Trade & Investment*. Cardiff: Cardiff University. URL: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/309899/Costs_to_UK_of_language_deficiencies_as_barrier_to_UK_engagement_in_exporting.pdf. [Acesso em fevereiro de 2015].
- GAMA, Eurico (1958), «Achegas para a História do Caminho de Ferro do Leste», *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, Ano LXX, p. 23-26. URL: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1958/N1681/N1681_master/GazetaCFN1681.pdf. [Acesso em fevereiro de 2015].
- GREINERT, Wolff-Dietrich (2004), «“Sistemas” de formação profissional europeus – algumas reflexões sobre o contexto história da sua evolução histórica», *Revista Europeia de Formação Profissional*, n.º 32, Maio-Agosto 2004/II, p. 18-26. URL: http://www.oei.es/etp/revista_cedefop_N32_portugues.pdf. [Acesso em fevereiro de 2015].

- (2005). *Mass vocational education and training in Europe. Classical models of the 19th century and training in England, France and Germany during the first half of the 20th century*. Luxembourg: CEDEFOP. URL: http://www.cedefop.europa.eu/files/5157_en.pdf. [Acesso em fevereiro de 2015].
- HALES, Brenda / DICKSON, Sydnee / ROBERTS, Gregg (2013), *Critical languages: Dual Language Immersion Education Appropriations Report*. Utah: Utah State Office of Education, August 28. URL: http://www.schools.utah.gov/legislativematerials/2013/Critical_Language_Dual_Immersion_Legislative_Repor.aspx. [Acesso em fevereiro de 2015].
- HOMEM, Vasques (1947), *Quem é Alguém (Who's Who in Portugal). Dicionário Biográfico das Personalidades em Destaque o Nosso Tempo*. Lisboa: Portugália Editora.
- LAINS, Pedro (2003), *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- LEITE, Jamie / COOK, Raquel (2015), «UTAH: Making Immersion Mainstream», *Building Bilingual Education Systems*, 83. URL: http://l2trec.utah.edu/research/FINAL_utah-chapter_January%202016.pdf. [Acesso em fevereiro de 2015].
- LEITE, Joaquim da Costa (2006), «Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973», *Documentos de Trabalho em Economia*, n.º 38, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1980), «A Geração de 70: uma literatura de exílio», *Análise Social*, XVI (61-62), p. 383-396.
- MENDES, José Amado (1999), «A indústria durante o Liberalismo», in: RODRIGUES, Manuel Ferreira / MENDES, José Amado, *História da Indústria Portuguesa: Da Idade Média aos Nossos Dias*. Mem Martins: Associação Industrial Portuense e Publicações Europa-América.
- MÓNICA, Maria Filomena (1990), *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- NÓVOA, António (1999), «Política de educação», in: BARRETO, António / MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. VII, p. 591-596.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1994), «A Metalurgia Casal, 1964-1974. Elementos para uma cultura de empresa», *Gestão e Desenvolvimento*, 3. URL: http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/GD3/gestaodesenvolvimento3_103.pdf. [Acesso em fevereiro de 2015].

- (2010), *Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras na Sub-Região da Ria de Aveiro, 1864-1931*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- (2013), «Percursos dos alunos da Escola de Aprendizizes da Metalurgia Casal», in: ESTRELA, M. T. *et al.*, *Formação Profissional: Investigação Educacional sobre Teorias, Políticas e Práticas. Atas do XX Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, p. 984-995. URL: <http://afirse.ie.ul.pt/atas/AFIRSEActas2013.pdf>. [Acesso em fevereiro de 2015].
- ROSA, Eugénio (2005), «A baixa escolaridade em Portugal é uma das causas estruturais da crise», *A Página da Educação*, n.º 142. URL: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=142&doc=10648&mid=2>. [Acesso em fevereiro de 2015].
- (2010), «A baixa escolaridade dos patrões portugueses é um obstáculo ao aumento da competitividade das empresas». URL: http://resistir.info/e_rosal/escolaridade_patronato.html. [Acesso em fevereiro de 2015].
- SANTOS, Ivete Sobral dos (2014), *A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração do Estado Novo*. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/13089>. [Acesso em fevereiro de 2015].
- SOLGA, Helke / PROTSCH, Paula / EBNER, Christian / BRZINSKY-FAY, Christian (2014), «The German vocational education and training system: Its institutional configuration, strengths, and challenges», *WZB Berlin Social Science*. URL: <http://econpapers.repec.org/paper/zbwwzbslm/spi2014502.htm>. [Acesso em fevereiro de 2015].
- SORACE, Antonella (2016), «The importance of multilingualism for business», *Spraknytt*, 1. URL: http://www.sprakradet.no/globalassets/vi-og-vart/publikasjoner/spraknytt/2016/12016/sorace_original.pdf. [Acesso em fevereiro de 2015].
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2000), «Política externa», in: BARRETO, António / MÓNICA, Maria Filomena (coords.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Livraria Figueirinhas, vol. IX, p. 116-122.
- ZÜNDAPP-MUSEUM [Página web] [s. d.], «Die Geschichte der Marke Zündapp». URL: <http://www.zuendappmuseum.de/geschichte.html>. [Acesso em fevereiro de 2015].

TÍTULO: A língua e a cultura alemãs na fundação da Metalurgia Casal

RESUMO: Em viagens de negócios, o comerciante João Casal cimenta relações na Alemanha do pós-guerra, tornando-se representante dos motores da Zündapp-Werke GmbH (1917-1984), empresa familiar, então com sede em Munique. A Zündapp era, desde os anos 1930, um dos maiores fabricantes europeus de motorizadas. Em finais de 1963, discordando da estratégia da Zündapp para o mercado português, no âmbito das restrições do Condicionamento Industrial, João Casal desliga-se da empresa alemã e funda a Metalurgia Casal, Lda., para a fabricação de motores e veículos motorizados de duas rodas, contando, desde o início, com um significativo número de técnicos alemães. A Metalurgia Casal nasce num contexto de expansão económica e de uma (não assumida) abertura económica. À semelhança do que vira na Alemanha, João Casal cria uma inovadora «Escola de Aprendiz» que conta, inicialmente, com a direção de técnicos alemães, seguindo, pois, o modelo Alemão que João Casal vira em algumas empresas germânicas. Depois de ter aprendido francês e um pouco de inglês, o empresário aveirense cedo verificou que o domínio da língua alemã constituía o recurso mais valioso dos seus negócios na República Federal Alemã e dos primeiros anos da vida da sua empresa.

TITLE: The German language and culture in the founding of the Casal Metallurgy

ABSTRACT: During business trips, the merchant, João Casal reinforced relations in post-WWII Germany, becoming the representative of Zündapp-Werke GmbH engines (1917-1984), a family-owned company, based at the time in Munich. Since the 1930s, Zündapp had been one of the largest European motorcycle manufacturers. In late 1963, disagreeing with the Zündapp strategy for the Portuguese market within the constraints of the Industrial Conditioning policy, João Casal left the German company and founded Metalurgia Casal, Lda. («Casal Metallurgy, Ltd»), manufacturer of motor vehicles and two-wheeled motorcycles, which, since the beginning, had the support of a significant number of German technicians. Metalurgia Casal, Lda. was founded in a climate of economic expansion and (not assumed) economic liberalization. Similar to what he had seen in Germany, João Casal established an innovative «Vocational Training School», which was initially managed by German technicians, therefore, following the German model João Casal had seen in some Germany companies. After having learnt French and a little English, this businessman from Aveiro soon realized that mastery of the German language was the most valuable resource of his business in the Federal Republic of Germany during its early years.